



**Dificuldades da inclusão de alunos do Ensino Fundamental I com
necessidades especiais em uma escola municipal de Fortaleza: a visão
docente**

*Difficulties in the inclusion of Elementary School I students with special
needs in a municipal school in Fortaleza: the teaching view*

Eduardo Mota Moreira

Mestrando da World University Ecumenical, <https://orcid.org/0000-0002-8360-1412>,
eduardo.mota@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Mália Felix Bastos

Mestranda da World University Ecumenical, <https://orcid.org/0000-0001-5828-5481>,
samuel_malia@hotmail.com

Guilherme Aguiar Brito

Mestrando da World University Ecumenical, <https://orcid.org/0000-0002-1732-3266>,
guilhermebrt@hotmail.com

Evandro Nascimento da Silva

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará, <https://orcid.org/0000-0002-7007-7474>, evandro.silva@uece.br

Resumo

A inclusão da criança com deficiência no ensino regular é uma temática que tem gerado discussões que se estendem desde a percepção dos envolvidos no processo até as questões macro, como a própria noção de inclusão. Nesse conteúdo, este trabalho objetivou relatar dificuldades na visão docente de alunos do Ensino Fundamental I com deficiências em uma Escola Municipal de Fortaleza. Os dados foram coletados a partir de um questionário com questões objetivas com docentes de doze turmas do Ensino Fundamental I. Os resultados mostraram a presença de alunos com necessidades especiais em todas as turmas analisadas. Além disto, os professores argumentaram sentir insegurança em escolher práticas pedagógicas adequadas devido à formação acadêmica insuficiente e falta de cursos de formação inicial e continuada na área da Educação Inclusiva. Em geral, nossos resultados reforçam que uma Educação Inclusiva que atenda a todos só ocorrerá quando as políticas públicas sejam aplicadas nas escolas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino Fundamental, Práticas pedagógicas.



Abstract

Children's inclusion with disabilities in regular education is a topic that has generated discussions ranging from the perception of those involved in the process to macro issues, such as the very notion of inclusion. In this context, this work aimed to report the difficulties in the teaching view of Fundamental School students with disabilities in a Municipal School in Fortaleza. Data were collected from a questionnaire with objective questions with teachers from twelve classes of Fundamental School I. The results showed the presence of students with special needs in all analyzed classes. In addition, teachers argued that they felt insecure about choosing appropriate pedagogical practices due to insufficient academic training and lack of initial and continuing courses in the area of Inclusion Education. In general our results reinforce that an Inclusive Education that serves everyone will only occur when public policies are applied in schools.

Keywords: Inclusive Education. Fundamental School. Pedagogical practices.

1 Introdução

O Ensino Fundamental têm recebido uma grande atenção no Brasil no que concerne principalmente sua organização e funcionamento. Como consequência muitas mudanças que visam à melhoria de sua qualidade e ampliação de sua abrangência têm sido realizadas. Essas mudanças têm sido pautadas em novas leis, normas, sistemas de financiamento, sistemas de avaliação e monitoramento, programas de formação, aperfeiçoamento de professore e, o mais importante, em preocupações cada vez mais acentuadas quanto à necessidade de um currículo e de novos projetos políticos-pedagógicos que sejam capazes de dar conta de grandes desafios educacionais da contemporaneidade (BRASIL, 2013).

É importante destacar que a partir de 2006 (Lei nº 11.274/2006), o Ensino Fundamental passou para nove anos, abrangendo crianças a partir de 6 até 14 anos e para aqueles que não concluíram na idade certa, ou por alguma razão não conseguiram frequentar a escola. É nessa fase que os alunos são despertados pela curiosidade, surgidas das interações culturais e sociais. Assim, a cada ano que a criança permeia, percebe-se mudanças no comportamento devido ao processo de ensino-aprendizagem, logo se faz necessário pensar na inserção de todos os alunos (ONOHARA et al., 2018)

Neste contexto de inserção entra a Educação Inclusiva que tem atuado para fortalecer a educação, com vistas a um desenvolvimento sustentável, aprendizagem ao longo da vida para todos e acesso igual de todos os níveis da sociedade às oportunidades de aprendizagem. É importante destacar que a Educação Inclusiva abrange todos, independente de gêneros, religião e ou outros motivos, que enfrentam discriminações na



sociedade, fato que deve estar destacada no direito de o educando estar inserido no ensino regular, assim superando barreiras durante a aprendizagem (TAVARES et al., 2016).

Quando se trata do processo de inclusão no âmbito escolar, apesar de toda sua importância, ainda é tido nos dias atuais como um grande desafio tanto para obter a disponibilidade de recursos específicos e espaço adequado, quanto para os profissionais que atuam no processo escolar, especialmente no tocante a uma boa formação inicial e continuada dos professores. Assim, o processo de inclusão exige dos docentes uma adequação e/ou aperfeiçoamento não só das suas escolhas formativas como também do desenvolvimento de suas práticas pedagógicas no dia a dia (BULCÃO et al., 2022).

É papel dos professores buscar novas concepções, práticas e metodologias, a fim de haver mudanças positivas e significativas que atendam todos os alunos de forma igualitária. Os docentes devem valorizar as diversidades, buscar a igualdade dentro da sala de aula e ampliar currículos. Além disso, deve-se destacar que só se constrói uma escola inclusiva que atenda a todos os alunos com necessidades especiais quando não só os professores, mas todos os profissionais da escola estejam capacitados para atender e suprir as necessidades de cada aluno. Assim, torna-se essencial que as entidades governamentais assumam a sua responsabilidade, pois conforme a LDB n.9 394/96, parágrafos 2º e 3º, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (BUCÃO et al., 2022).

Segundo Sousa e Rodrigues (2015) a formação inicial e continuada possibilita mais conhecimento e capacitação, além de um maior sentimento de segurança em assumir uma sala de aula. Assim, os autores a colocam em relevo, e afirmam que ela contribui para o professor saber como aplicar sua prática docente na sala de aula objetivando o desenvolvimento do aluno. Além destes elementos, é necessário um olhar de crédito à criança, de valorização ao seu potencial, mais do que estudar sobre a especificidade, seja, deficiência, transtorno e/ou outra, é preciso olhar nos seus olhos, observar seu comportamento, características, particularidades e desejos. É, portanto, fundamental dar-lhe “voz” e ver nela uma pessoa, uma criança.

Apesar deste tema vim recebendo muito destaque nos últimos anos e associado a isto muitos trabalhos científicos vem sendo publicados, há ainda muitas dificuldades a serem resolvidas que vão deste a formação dos professores e dos outros



profissionais que trabalham nas escolas, a presença de profissionais habilitados para atender os alunos com necessidades especiais bem como infraestrutura, projeto de Educação Inclusiva que não fique só no papel, mas funcione na prática e políticas públicas eficientes que permitam que todo este processo funcione de forma ordenada. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou destacar na visão de alguns docentes as principais dificuldades encontradas por eles para inserir alunos com necessidades especiais no contexto da Educação Inclusiva em alunos do Ensino Fundamental I em uma. Os resultados aqui encontrados serão de grande importância para a elaboração de estudos futuros sobre essa temática além de mostrarem bons indicadores na hora de se elaborar novos projetos sobre Educação Inclusiva seja dentro da própria escola, ou mesmo dentro da rede educacional do município de Fortaleza.

2 Metodologia

A presente pesquisa apresentou algumas características importantes quanto ao seu tipo de estudo e abordagem. São elas: i) quanto à finalidade ela foi classificada como sendo uma pesquisa básica, pois visou preencher uma lacuna do conhecimento que seja útil para a ciência e tecnologia, ii) quanto aos objetivos gerais se enquadrou como sendo uma pesquisa descritiva onde foram descritos as principais dificuldades na visão dos docentes para a inclusão de alunos do Ensino Fundamental I com necessidades especiais em uma Escola Municipal de Fortaleza, iii) quanto a natureza dos dados foi enquadrada como uma pesquisa quantitativa e qualitativa retratando tanto informações com utilização de técnicas estatísticas e quantificáveis como também através de uma relação entre o mundo real e o sujeito da pesquisa, não respondendo às questões em números, mas sim a partir de uma análise indutiva. Segundo Minayo (2001) a abordagem qualitativa é um estudo que responde a questões particulares, trabalha com um universo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

O trabalho tratou-se de uma pesquisa de campo, tendo como locus a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Antônio Sales, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará com docentes de 12 turmas do Ensino Fundamental I. Os dados foram coletados a partir de um questionário com questões objetivas onde os docentes



relataram as principais dificuldades que possuem para promover uma Educação Inclusiva de alunos com necessidades especiais. Em algumas questões, os participantes escolherem mais de uma opção, devido à especificidade da população desta pesquisa. Os dados foram analisados a partir da elaboração de quadros e figuras (gráficos), interpretados e discutidos em cima de uma vasta revisão de literatura sobre a temática em estudo.

Para garantir as questões éticas da pesquisa foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde foi informado aos participantes que suas identidades pessoais seriam preservadas, ou seja, foi garantido o total anonimato das pessoas envolvidas na pesquisa.

3 Resultados e Discussão

Os resultados aqui apresentados mostram que em todas as turmas do Ensino Fundamental I analisadas há a presença de alunos com necessidades especiais como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1. Dados de alunos sem e com necessidades especiais em turmas do Ensino Fundamental I.

Turmas	Total de alunos	Nº alunos especiais	Tipos de necessidades especiais
1	32	4	autismo, deficiência intelectual, síndrome de Down
2	22	3	deficiência visual, deficiência motora, déficit de atenção
3	22	2	deficiência motora e outras
4	17	4	autismo, TDAH, distúrbio da fala
5	27	4	autismo
6	23	1	esquizofrenia
7	26	2	autismo e deficiência intelectual
8	32	3	autismo
9	32	4	autismo, deficiência intelectual e deficiência motora
10	32	4	autismo, esquizofrenia e TDAH
11	32	2	deficiência intelectual
12	33	3	autismo

Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre as deficiências identificadas pelos docentes e aquelas cujos alunos já possuem laudo, o autismo se apresentou como problema com maior incidência (em torno de 67%), seguido de deficiência intelectual e motora (em torno de 33%), esquizofrenia e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) (em torno de 17%). Além



disto, não se pode descartar aquelas crianças que são perceptíveis apresentarem algum tipo de necessidade especial, porém ainda não apresentam nenhum tipo de laudo médico o que acarretaria um aumento no número destes alunos nas turmas estudadas.

Os resultados mencionados no quadro 1 demonstram que a escola está em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – Lei n.9394/96) que apresenta uma normatização para o acolhimento de pessoas com deficiências em escolas regulares e para sua integração na sociedade (BRASIL, 1996). É importante destacar que em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) onde todas as escolas, sejam privadas, públicas ou conveniadas, precisam adequar-se para atender os alunos com deficiências e garantir a todos uma manutenção e educação de qualidade (BRASIL, 2015).

Neste contexto, Maniçoba (2021) acredita que a inserção destes alunos em escolas regulares é de fundamental importância, uma vez que permitirá uma maior socialização entre alunos com e sem deficiência, ajudando a excluir o pensamento de que crianças com necessidades especiais não são capazes de aprender e socializar com ou outros. Segundo a autora, é na escola que a transformação do indivíduo ocorre, onde eles são capazes de construir o seu conhecimento, assim ela possui um papel primordial na vida do aluno, promovendo o desenvolvimento nos mais variados aspectos, para a formação da pessoa. A escola é um ambiente diversificado, que atende um público com características múltiplas e que acolhe o aluno com seus aspectos diferenciados.

Dentre as principais necessidades especiais apresentadas pelas crianças do Ensino Fundamental I nas turmas aqui estudadas, tivemos o autismo, hoje denominado TEA (transtorno do espectro autista). Isto está em concordância com o encontrado por outros autores que demonstraram uma maior frequência de alunos com TEA matriculados e frequentando turmas do Ensino Fundamental em diferentes escolas do país em comparação com outros tipos de deficiência (FIGUEIREDO, 2021; ONOHARA et al., 2018). É importante mencionar que ano após ano, o número de alunos com TEA matriculados nas escolas regulares vem aumentando consideravelmente no Brasil. Só para ter uma ideia, em 2018 mais de 100 mil autistas (entre crianças e adolescentes) estudavam na mesma sala que alunos sem deficiência compreendendo as redes públicas e particulares (INEP, 2018).



O Quadro 2 mostra as principais dificuldades apresentadas pelos alunos com necessidades especiais. Dentre elas pode-se destacar em primeiro lugar a dificuldade de aprendizagem (em torno de 92% dos alunos), seguido por dificuldade de interação social e falta de concentração (75% dos alunos) e problemas comportamentais (50% dos alunos). É importante mencionar que essas características mencionadas acima estão relacionadas com os tipos de necessidades especiais apresentadas pelas crianças das turmas analisadas e destacadas no quadro 1.

Quadro 2. Dificuldades apresentadas por alunos especiais em turmas do Ensino Fundamental I.

Turmas	Dificuldades dos alunos especiais
1	aprendizagem, interação social, falta de concentração problemas comportamentais
2	aprendizagem e interação social
3	aprendizagem
4	aprendizagem, interação social, falta de concentração e problemas comportamentais
5	aprendizagem, interação social, falta de concentração e problemas comportamentais
6	aprendizagem, interação social e problemas comportamentais
7	aprendizagem e falta de concentração
8	interação social e falta de concentração
9	aprendizagem, interação social, falta de concentração e problemas comportamentais
10	aprendizagem, interação social, falta de concentração e problemas comportamentais
11	aprendizagem e falta de concentração
12	aprendizagem, interação social e falta de concentração

Fonte: Elaborado pelos autores

Estudos anteriores demonstraram que as dificuldades mais mencionadas nesta pesquisa, tais como: dificuldades na aprendizagem e de interação social, falta de concentração e problemas comportamentais são as principais características das deficiências apontadas no quadro 1 nos alunos das turmas analisadas. Na verdade, estas características podem ser encontradas em ou mais deficiências de forma simultânea (FIGUEIREDO, 2021). Estas respostas apontadas pelos docentes só reforçam a



necessidade da escola ter a presença de profissionais habilitados com conhecimento em Educação Especial e/ou Inclusiva. Normalmente profissionais da área de Serviço Social, Psicologia, Psicopedagogia entre outros para desenvolver um trabalho de acompanhamento junto aos docentes no desenvolvimento destas crianças (SILVA, 2016).

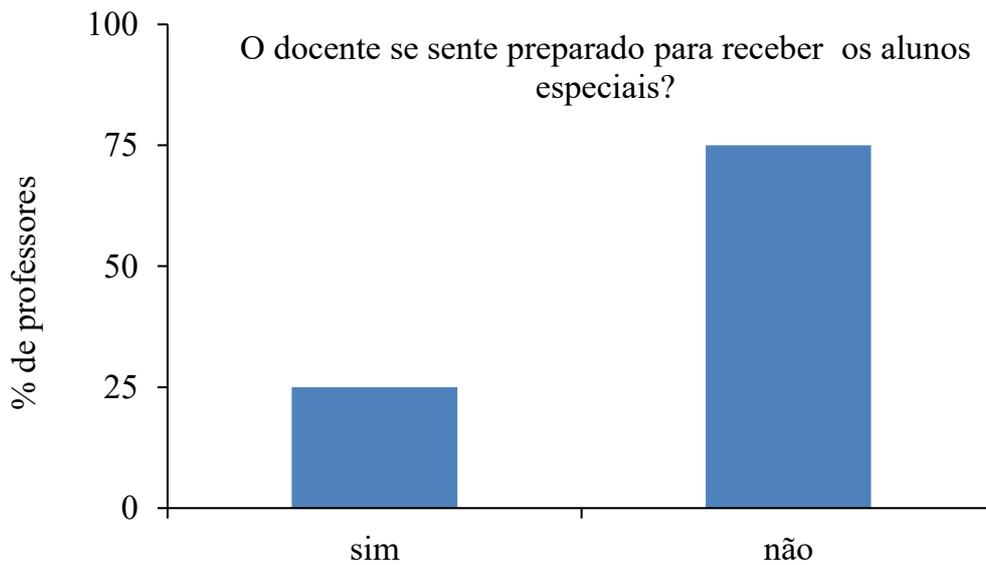
Nesse contexto é de fundamental importância favorecer uma aprendizagem no qual resulte, o conhecimento, tendo objetivos e processos diferentes diante das dificuldades e desafios do processo de inclusão. É nesse momento que surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço oferecido nas escolas de ensino regular, especialmente públicas, chamados de sala de recursos, que possui a função de suplementar e ou completar a formação do aluno, sempre trabalhando de forma a garantir a autonomia dentro e fora do ambiente escolar (TAVARES et al., 2016).

É importante mencionar que a escola possui um profissional de AEE que auxilia no atendimento dos alunos com deficiência. O maior problema apontado pelos docentes não se refere à qualidade do profissional que faz esse atendimento e sim a grande demanda que a escola possui, e este atendimento é externo a sala de aula, ficando a cargo do professor a total responsabilidade em lidar com estes alunos e suas diferentes especificidades em sala de aula.

Quando perguntado aos docentes se os mesmos se sentiam preparados para receberem em suas respectivas turmas alunos com necessidades especiais, 75% responderam negativamente enquanto que 25% dos professores se consideram aptos para receber tais alunos conforme mostrado na Figura 1

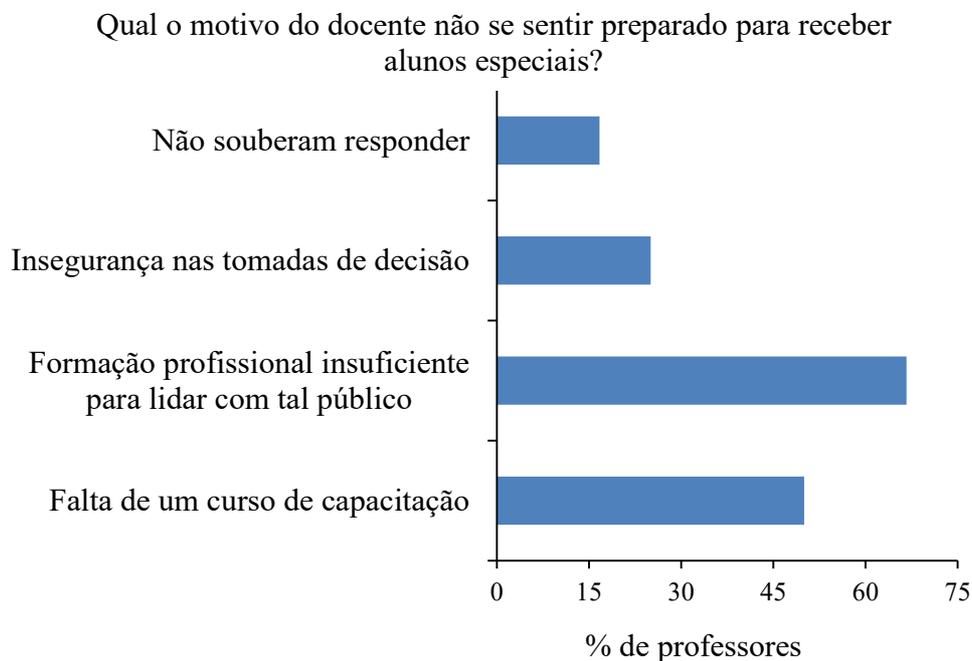
No caso dos docentes que responderam não estarem preparados para lidar com as especificidades dos alunos especiais, o motivo mais apontado foi a formação profissional insuficiente (em torno de 67%% dos professores relataram essa questão) seguido da falta de cursos de capacitação na área da educação inclusiva (50% dos docentes relataram este motivo) e a insegurança nas tomadas de decisões frente ao comportamento destes alunos em determinados momentos na sala de aula (25% dos professores mencionaram este motivo) como mostrado na Figura 2.

Figura 1. Resposta de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre sua preparação para lecionar alunos especiais.



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 2. Respostas de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre o motivo de não se sentirem preparados para lecionar alunos especiais.



Fonte: Elaborado pelos autores



Essa falta de uma formação acadêmica mais qualificada ou mesmo de um curso de formação inicial e continuada também foi apontada por docentes em outros estudos sobre Educação Inclusiva (BULCÃO et al., 2022; MANIÇOBA, 2021; LAURENT, 2020; TAVARES et al., 2016). Em estudo realizado por Silva (2015) foi demonstrado que os docentes mostram insegurança em lidar com crianças com necessidades especiais devido à falta de uma formação adequada durante os cursos de formação inicial. As disciplinas que tratam da Inclusão durante a formação docente, não são capazes de estimular uma atuação mais efetiva quando os mesmos se deparam com a prática. Neste mesmo sentido, (GOMES, 2022) ressalta que é necessário que haja nos cursos de formação uma adequação curricular em todos os níveis que contemplem o ensino de práticas que auxiliem o professor a lidar de forma adequada com as diferenças que ele se deparará no cotidiano escolar.

Segundo Maniçoba (2021) a formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de garantir um ensino de melhor qualidade aos educandos. O atual sistema de ensino tem passado por problemas quando se trata de garantia de uma educação de qualidade. A inclusão se torna mal entendida e acaba se transformando em um peso para os docentes, já que eles não possuem uma capacitação adequada que lhe proporcione a busca de novas práticas para oferecer um ensino diferenciado aos sujeitos.

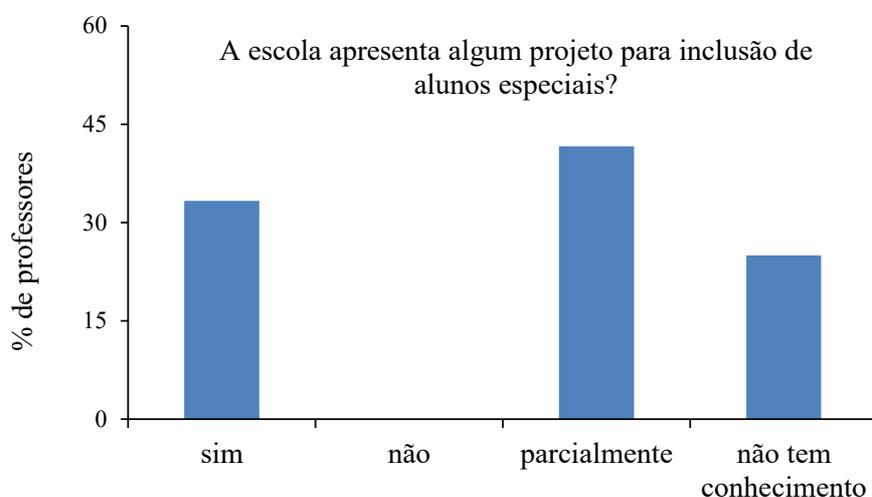
Ainda segundo a autora citada acima para que a educação inclusiva realmente aconteça, é essencial uma formação continuada para os educadores do ensino regular, já que o foco é incluir os discentes com deficiência, eliminando as atitudes e práticas educativas que distanciam os alunos, refletindo sobre o papel da escola e dos professores como os principais mediadores no processo de inclusão.

Quando os docentes foram indagados sobre se a escola apresenta algum projeto de inclusão para alunos especiais, 75% deles afirmaram que há um projeto, só que destes, aproximadamente 42% dos professores relataram que o projeto existente atende apenas parcialmente aos requisitos dos alunos em análise. Os outros 25% afirmaram não ter conhecimento de qualquer projeto pedagógico sobre educação inclusiva elaborado pela escola (Figura 3).



Com relação às práticas pedagógicas usadas em sala de aula para os alunos especiais, em torno de 8% dos docentes acreditam que suas práticas pedagógicas sejam adequadas, 67% não têm certeza se são as mais adequadas e 25% utilizam as mesmas práticas pedagógicas para todos os alunos, independentes se são ou não especiais (Figura 4).

Figura 3. Respostas de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre a existência de um projeto de inclusão para alunos especiais elaborado pela escola.



Fonte: Elaborado pelos autores

Em estudo anterior realizado por Michels (2015), com professores da rede pública de uma Escola no Estado do Paraná foi observado que o projeto político pedagógico da escola em teoria até contemplava a inclusão de alunos com deficiência, mas na prática foi identificado muitas limitações para atender as necessidades apresentadas pelos alunos. Segundo a opinião dos docentes o projeto político pedagógico trazia a realidade da escola mostrando o interesse e a responsabilidade de se trabalhar com alunos com necessidades especiais nas diversas e diferentes situações, porém foram apontados alguns problemas chaves, tais como: precariedades na estrutura física da escola, no material pedagógico de apoio ao professor e também na formação dos docentes.

Segundo Michels (2015) um projeto político pedagógico com viés inclusivo deve apresentar no seu conteúdo propostas sobre investimento nas melhorias das escolas,

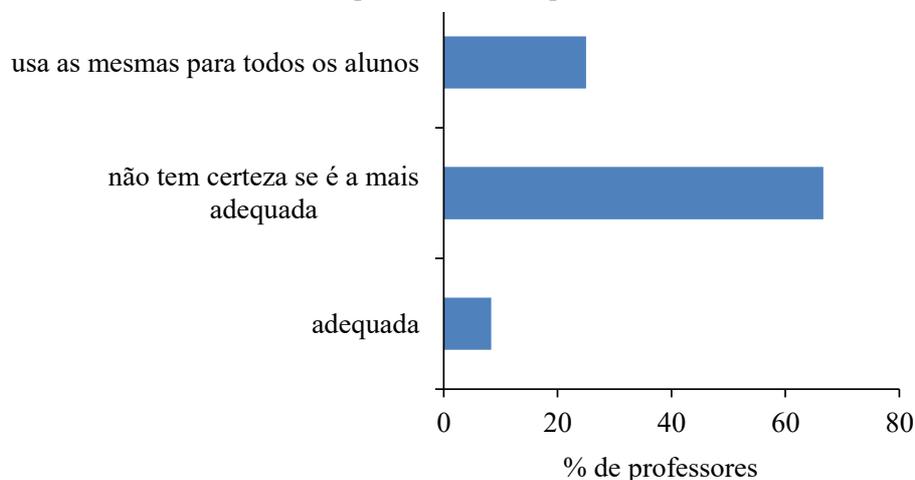


eliminando as barreiras arquitetônicas, criando um ambiente acessível, contratando intérprete de Libras, além de investir em tecnologias educacionais, para que se possa garantir o acesso e a permanência dos alunos com e sem deficiência.

Nesse contexto, Abdalla (2016) afirma que um projeto de inclusão escolar deve beneficiar todos os alunos, pois é importante criar mecanismos que possibilitem a convivência destes, logo nos primeiros anos de vida, no intuito de enriquecer as relações humanas e desenvolver o respeito mútuo. O autor menciona que o ambiente escolar deve ser um espaço onde as diferenças no sentido de discriminação sejam minimizadas e a inclusão de pessoas com deficiências ocorra de forma natural. Deve-se procurar trabalhar para promover no outro seja deficiente ou não, a busca pelas suas capacidades e superação de suas dificuldades.

Figura 4. Respostas de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre as práticas pedagógicas usadas em sala de aula para alunos especiais.

Como você avalia suas práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula para os alunos especiais?



Fonte: Elaborado pelos autores

O fato dos docentes não terem a certeza se as práticas pedagógicas que utilizam são as mais adequadas (foi a resposta mais mencionada) nos mostra certa insegurança por parte destes professores. A escolha da prática pedagógica mais adequada parece ser uma das dificuldades mais significativas para a efetivação do processo de inclusão como apontado por alguns autores (SANT'ANA, 2005; BRIANT; OLIVER,



2012; DE VITTA et al., 2010; BISOL; VALENTIN, 2014). Segundo demonstrado em estudo por Tavares et al. (2016), os docentes relataram um sentimento de angústia pela formação pedagógica insuficiente e um sentimento de despreparo para lidar com as crianças que necessitam de intervenções específicas.

Conforme descrito por Michels (2015) em seu estudo, uma das principais manifestações de resistência para a inclusão escolar é a adaptação da metodologia de ensino. O autor destacou certo preconceito e resistência por parte dos docentes em relação aos alunos com deficiência, tendo em vista naturalizarem o processo de inclusão sem oferecer qualquer adaptação dos materiais ou metodologia de ensino. Muitos docentes utilizam a mesma metodologia para todos os alunos por acharem que só assim haverá inclusão. Já outros defendem a ideia que nem sempre é possível incluir todos os alunos na mesma atividade.

Ainda sobre o estudo mencionado acima, uma medida adotada por alguns professores foi à produção de materiais concretos para incluir os alunos com deficiência nas atividades propostas em sala de aula. Estes materiais consistem em atividades de leitura e escrita com o uso de livros infantis e apostilas com atividades diversificadas adaptadas às necessidades dos alunos. O uso de jogos didáticos elaborado pelos próprios professores (ex: dominó de palavras, quebra-cabeças etc) é uma estratégia muito adotada, especialmente quando alguns alunos não conseguem atingir o objetivo na aprendizagem e necessitam de uma intervenção ou acompanhamento mais individualizado.

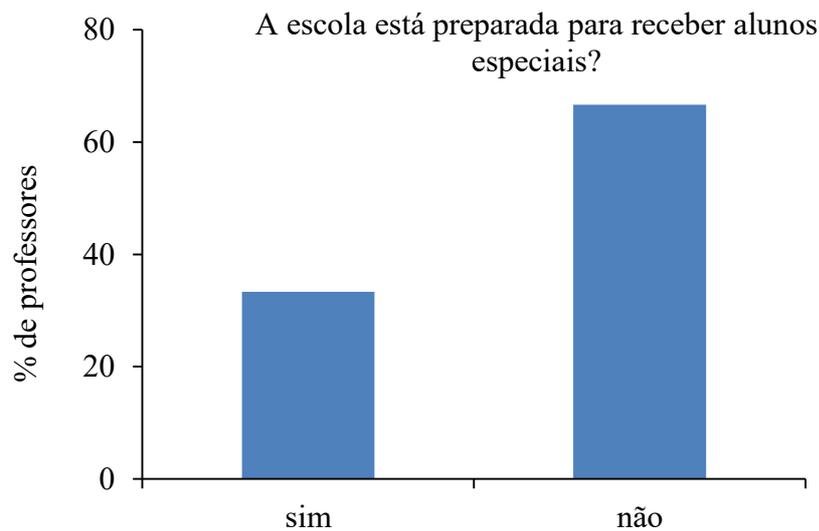
É importante que as escolas também possam disponibilizar aos professores materiais didáticos pedagógicos adequados para a finalidade aqui discutida. Segundo Maniçoba (2021) o material didático pedagógico é fundamental para auxiliar na execução de uma aula mais dinâmica e elaborada, pois propicia a interação, a convivência, o aprendizado e a autonomia. Embora o professor tenha um papel preponderante na escolha das práticas pedagógicas mais adequadas para atender a todos os alunos e inseri-los num conteúdo da Educação Inclusiva, todos os profissionais que trabalham na escola, que sejam ou não envolvidos diretamente com a área do ensino também precisam estar preparados para lidar com as diferentes especificidades destes alunos (RAMOS, 2010).

Outra importante indagação respondida pelos docentes foi se a escola estaria preparada para receber alunos com necessidades especiais. Em torno de 33% afirmaram



que sim enquanto aproximadamente 67% disseram que não (Figura 5). Dentre os motivos apontados pelos professores sobre a escola não estar preparada para receber tais alunos, houve um tendência de igualdade entre eles, logo alguns dos motivos apontados, tais como: falta de infraestrutura das escolas, falta de programação de atividades diferenciadas para estes alunos e falta de incentivo aos professores se capacitarem foram apontados por cerca de 33% dos docentes. Além disso, 25% dos professores apontaram a falta de profissionais habilitados suficientes na escola como outro fator determinante para ela não está apta para receber estes alunos especiais (Figura 6).

Figura 5. Respostas de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre se a escola está preparada para receber alunos especiais.

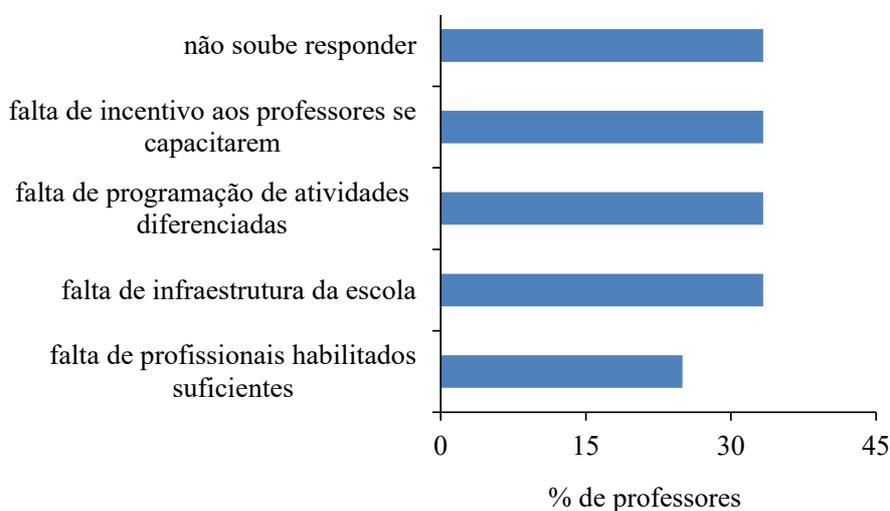


Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 6. Respostas de docentes de turmas do Ensino Fundamental I sobre os motivos da escola não estar preparada para receber os alunos especiais.



Quais os motivos da escola não estar preparada para receber os alunos especiais?



Fonte: Elaborado pelos autores

Uma escola ao elaborar um projeto sobre Educação Inclusiva precisa fazer um elo com a família, numa perspectiva de educação compartilhada, para que se obtenha êxito na aprendizagem com alunos com deficiência. Não adianta falar em inclusão, sem mencionar toda a equipe que faz parte da escola, sejam eles os professores, diretores, coordenadores, supervisores, porteiros, zeladores, cozinheiros, entre outros, que precisam de qualificação e recursos pedagógicos para que a inclusão aconteça de forma concreta (MANTOAN, 2003). Não basta só o aluno estar matriculado, mas sim ser incluído e assistido por toda uma equipe na escola.

As respostas aqui apontadas pelos docentes só demonstram a realidade de muitas escolas e até mesmo desta política pública em nosso país que parece funcionar muito bem na teoria, mas enfrenta sérios problemas para ser colocada em prática (SILVA; MIGUEL, 2020). De acordo com Silva et al. (2021) para se ter uma Educação Inclusiva de qualidade é necessário ter materiais e equipamentos apropriados, com capacitação de professores, bem como adaptações arquitetônicas e para isso é necessário financiamento, ou seja, os responsáveis pelas instituições, sejam estas estaduais ou municipais devem fazer das ações inclusivas uma prioridade em seus planos de governo.

É fundamental que os governos promovam a formação continuada de professores para que possam garantir a qualidade do ensino e o atendimento necessário



para que as crianças com deficiência venham a se desenvolver no contexto da escola regular. Assim, a inclusão vai além da frequência do aluno a sala de aula, é necessário que ele tenha participação ativa no decorrer das atividades e adquira sucesso na aprendizagem. A inclusão auxilia os alunos na superação de limites e a solucionar problemas relacionados à sua deficiência (MANIÇOBA, 2021).

Diante do exposto pelos docentes neste estudo, percebe-se que as principais dificuldades apresentadas pela escola para atender demandas exigidas por uma Educação Inclusiva satisfatória são: a insegurança dos docentes em escolher práticas pedagógicas adequadas o que está relacionado com uma formação acadêmica insuficiente dos professores ou falta de cursos de formação inicial e continuada na área em questão e a ausência de recursos humanos habilitados, materiais pedagógicos e infraestrutura física da escola que precisam atender as especificidades de cada aluno. Neste sentido o projeto sobre Educação Inclusiva da escola deve ser revisto. Inicialmente ser repassado ao conhecimento de todos os docentes e funcionários da escola. Em seguida trazer para discussões as famílias, profissionais da área e agentes políticos que juntamente com o corpo gestor e docente da escola possam adotar medidas necessárias para que problemas como os citados nesta pesquisa sejam resolvidos ou pelo menos minimizados.

4 Considerações Finais

A educação Inclusiva é palco de muitas discussões, talvez por isso, muitos mitos se formaram em função de cada dificuldade encontrada, e hoje são confrontados com as verdades que podem ser constatadas por inúmeros estudiosos, que relatam experiências possíveis.

É importante destacar que o fato de a criança estar devidamente matriculada na escola e frequentando a sala de aula regular, por si só, não caracteriza uma Educação Inclusiva. Para que a criança seja de fato incluída, tendo ela deficiência ou não, tem que lhe ser ofertada o mesmo acesso e aproveitamento da escola, sendo igualmente oferecida oportunidades de desenvolvimento independente de suas particularidades.

Um processo de inclusão de forma completa e eficaz não funcionará senão houver uma parceria entre gestão, professores, alunos, família e comunidade. Além disto, a estrutura física também é uma parte essencial, para que os alunos possam se deslocar



dentro da escola, facilitando a participação em atividades dentro e fora da sala de aula, bem como, ter acesso à realização de suas necessidades, frequentar refeitório, pátio, utilizar banheiro, enfim acesso não só aos conteúdos, mas a tudo que o faz ser atuante na escola.

Este estudo assim como outros veio destacar mais uma vez o quão importante é a formação inicial e continuada dos professores, pois para se ter metodologias inovadoras e abrangentes para trabalhar com alunos com deficiência em sala de aula, é necessário ter entendimento para saber planejá-las e executá-las, fazendo com que o aluno aprenda. A aplicação do questionário junto aos docentes constatou uma formação profissional inadequada e/ou incompleta direcionada para a área da Educação Inclusiva que os faz ter várias dificuldades que os impedem de buscar esta aprendizagem, como a falta de recursos, capacitação, investimentos, oportunidades entre outros.

A inclusão de alunos com deficiência em uma sala de ensino regular é totalmente possível, mas para se efetivar exige-se dedicação, seriedade, estudo e pesquisa para aprimorar o conhecimento, bem como, o envolvimento dos docentes, de políticas públicas, de reestruturação dos sistemas educacionais e das escolas que deles fazem parte. Além disto, são fundamentais investimentos governamentais, a participação da comunidade e a conscientização da sociedade em relação à educação como direito. Só assim, a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas especificidades, poderá ser garantida nas escolas regulares.

Referências

ABDALLA, A. P. **Representações de professores sobre a inclusão escolar**. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144443>>. Acesso em: 24.11.2022.

BISOL, C.A.; VALENTINI, C.B. Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.2, n.20, p.223-234, 2014. Disponível:< <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200006>>. Acesso em: 05.12.2022.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 14.11.2022

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília: Editora do Brasil, 1996.

BRIANT, M.E.P.; OLIVER, F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.18, n.1, p.141-154, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000100010>> Acesso em: 05.12.2022.

BULCÃO, A. J.; SILVA, F.G.; ALVES, K.E. C. Formação Continuada: Concepções e Práticas para uma educação inclusiva no Ensino Fundamental I. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8870/7218> Acesso em: 05.12.2022.

DE VITTA, F.C.F.D.; DE VITTA, A.D; MONTEIRO, A.S. Percepção de professores de Educação Infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.16, n.3, p.415-428, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000300007>> Acesso em: 05.12.2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6725829>. Acesso em: 30.10.2022.

FIGUEIREDO, D.N. Educação Inclusiva no Ensino Fundamental. **Monumenta – Revista Científica Multidisciplinar**, v.3, n.1, p.76-89, 2021. Acesso em: <<https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/66>> Acesso em: 12.12.2022.

GOMES, G.A. **A diversidade do currículo educacional na prática de professores na Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I no município de Vilhena**. 2022. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2022. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10284/11051>> Acesso em: 05.12.2022.

LAURENT, L.E. **Formação docente para a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental – séries iniciais em Linhares/ES**. 2020. 102f. Mestrado (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/686>> Acesso em: 10.12.2022



MANIÇOBA, E.G. **A importância da formação continuada do professor para a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental.** 2021. 27f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Marcelino Vieira, RN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44639>> Acesso em: 10.12.2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, L.R. A Educação Inclusiva na perspectiva dos professores do Ensino Fundamental. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, n. esp., p.73-81, 2015.

MINAYO, M. C.oS. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. p.21-22, Petrópolis: Vozes, 2001.

ONOHARA, A. M. H.; SANTOS CRUZ, J.A.; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.20, n.2, p.289-304, jul./dez., 2018. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/12020>.> Acesso em: 12.12.2022.

RAMOS, R. **Inclusão na prática: Estratégias eficazes para a educação inclusiva.** 2. ed. São Paulo: Summus, 2010.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v.10, n.2, p.227-234, 2005.

SILVA, L.C. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. esp., p. 691-701, 2015.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7920/5427>.
Acesso em 18/11/2022

SILVA, M.A.B. **A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à Educação Inclusiva.** 2016. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7545>>. Acesso em: 04.11.2022.

SILVA, D.C.; MIGUEL, J.R. Práticas pedagógicas inclusivas no âmbito escolar. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.14, n.51, p.880-894, jun., 2020.

SILVA, O.F.; OLIVEIRA, M.L.G.; GOMES, A.M.S.; GOMES, S.S. Uma proposta sócio pedagógica para a Educação Inclusiva no ensino fundamental. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.8, p.77914-77922, 2021.

SOUZA, A.L. A.S.; RODRIGUES, M.G.A. **Educação Inclusiva e formação docente continuada.** In: EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação, Paraná, 26 a 29/10/2015.



TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.22, n.4, p.527-542, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005> > Acesso em: 04.12.2022.